

ESPAÇO, TEMPO E SUBJETIVIDADE NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR DE ABORDAGEM GEO-HISTÓRICA DO SEMIÁRIDO

Josier Ferreira da Silva

A dimensão subjetiva na análise espacial

Na abordagem geográfica, não raro, tem-se limitado a valorização da materialidade produzida, omitindo a dimensão da subjetividade, marcada pelas experiências do homem no processo da sua interatividade como o espaço. Nesta tendência, este último ganha o status de produto social eminentemente por ser decorrente da produção humana, privilegiando a matéria sobre os indivíduos.

Nesta perspectiva, a percepção dos sujeitos do meio em que vivem, são desconsideradas, das análises espaciais, tornando-se representados, apenas pelo trabalho decorrente da materialidade dos objetos produzidos, inseridos em variadas conjunturas. A racionalidade científica, historicamente conduziu a geografia a eleger o espaço materializado como objeto de estudo, e, mesmo considerado como um produto socialmente construído, durante muito tempo, optou por abstrair a participação dos sujeitos como pessoas dotadas de sentimentos e afetividades, cuja vida se manifesta em interatividade com o espaço e com ele se relaciona, dotado de significados culturais nas práticas cotidianas.

Dessa forma, o sentido da vida e a concepção de mundo se relacionam com a afetividade dos sujeitos diante dos espaços simbólicos por eles construídos, como partes integradas do ser, dotado de crenças e valores socialmente herdados. Essa dimensão que sinaliza a interatividade mental entre o sujeito e a materialidade, com ênfase na percepção e nas experiências vividas no espaço, do qual decorre, na geografia, a



categoria de lugar é geralmente ignorada pelas investigações eminentemente tecnicistas do espaço, orientadas, sobretudo como um modelo adotado pelos projetos governamentais.

As ações cotidianas dos sujeitos demarcam seus espaços de vida, numa base espacial concreta, modelada e adaptada funcionalmente à sua existência humana, ganhando significados em sintonia com o sentido da vida. No modelo de desenvolvimento econômico, fora da ótica da sustentabilidade, o espaço é estrategicamente planejado e produzido, conflitando com os interesses da realização da vida comunitária.

A reivindicação da subjetividade na análise espacial no campo da geografia se evidencia a partir da consolidação da geografia cultural na contemporaneidade, que busca nas suas interpretações das paisagens, ir além das considerações sobre as ações humanas que deixam marcas na natureza, trabalhada, como cultura materializada, apesar de esta análise ser também considerada válida no conjunto de processos voltados para compreensão da humanização da paisagem.

Da ênfase à humanização da paisagem, viabilizada pela técnica, formas de habitação etc. que demarca o início da abordagem cultural na geografia, chegamos ao inserção da subjetividade, a valorização das representações, das simbologias como contribuição para as análises espaciais. É evidente que o espaço não existe em função dele mesmo, mas em interatividade com a vida individual e social, daí, ser ele dotado de funcionalidade, considerado como extensão do próprio corpo que a ele se integra pela mobilidade e pelos sentidos.

Na condição de espaço vivido, o lugar passe a se constituir numa categoria geográfica que possibilita a compreensão do processo interativo entre a materialidade do mundo e os sujeitos a partir de suas experiências de vida. A interpretação da espacialidade vivida a partir da experiência individual e



coletiva promove uma nova realidade, orientada pelos sentidos, que evidencia como espaço subjetivo, que remete, assim como a história, a uma geografia de vida. A construção subjetiva do espaço se manifesta no campo das representações, contudo, não é produto eminentemente da racionalidade, nem eminentemente do mundo material, mas, do encontro entre sujeito e matéria, a partir da percepção. A percepção se manifesta pelos sentidos, ganha uma conotação espaço-corporal, sem, contudo, ser possível a sua existência sem a interatividade do sujeito com a materialidade do mundo que lhe cerca.

A vida por sua vez, se realiza, recorrendo-se aos espaços mais próximos dos sujeitos, individual ou coletivamente, onde nele se efetivam as suas atividades cotidianas, como uma experiência específica e intransferível, afirmando a condição de lugar, como espaço vivido. A experiência dos sujeitos com os lugares envolve a dimensão corporal, os sentidos, que promovem a elaboração da consciência do exterior ao qual se integra e nele articula a sua vida no cotidiano. A orientação dos sujeitos no espaço decorre da consciência do meio, onde os sujeitos se envolvem, que lhes dão estabilidade no exercício da mobilidade e no sentido de morar, contribuindo para a sua estabilidade psicológica. Caso contrário, os sujeitos se sentiriam perdidos, sem referências espaciais, incapazes de elaboração de mapas mentais, que permitissem a sua articulação com mundo habitado, e, de nele se reconhecerem.

As dimensões espaciais como vertical e horizontal, massa e volume são experiências que o corpo conhece intimamente; são sentidas, também, cada vez que se finca uma estaca no chão, se constrói uma choça, se prepara a eira para debulhar os grãos, ou se observa a formação de um montão de terra quando se cava um poço profundo. Porém o significado destas dimensões espaciais cresce imensuravelmente em poder e clareza



quando elas podem ser vistas em uma arquitetura monumental e quando as pessoas vivem em sua sombra. O meio ambiente construído, assim como a linguagem, tem o poder de definir e aperfeiçoar a sensibilidade. Pode aguçar e ampliar a consciência. Sem arquitetura, os sentimentos sobre o espaço permanecem difusos e fugazes. A forma construída tem o poder de aumentar a consciência de interior e exterior, intimidade e exposição, e tornar mais nítida a diferença existente na temperatura emocional entre ambos. E isso não é vivenciado primeiramente na natureza por esta ser demasiado difusa, seus estímulos demasiado poderosos e conflitantes, para serem diretamente acessíveis à mente e sensibilidade humanas. Primeiro o homem cria o círculo, seja este no plano da tenda do índio ou o anel para a dança guerreira, e depois disso pode discernir círculos e processos cíclicos em qualquer lugar na natureza. Nas comunidades pré-letradas e tradicionais, as formas de vida social, econômica e religiosa estão bem integradas. Já na vida moderna, que tende a ser compartimentada, o espaço pode ser planejado e ordenado para chamar nossa atenção para a hierarquia social, mas a ordem não tem significado religioso e pode mesmo nem ter uma correspondência direta com a riqueza. Um efeito é a diluição do significado de espaço. (TUAN, 1983).

A reivindicação da subjetividade no processo de análise e entendimento da espacialidade pela geografia fortaleceu a promoção da interdisciplinaridade, promovendo a sua aproximação com outras ciências, até então, desconsideradas na análise geográfica. Essa tendência tem contribuído para a superação do seu isolamento em relação a outras áreas do conhecimento, decorrente da sua abordagem metodológica clássica, centrada no dualismo do físico e no humano, estudados separadamente, sem o envolvimento real dos sujeitos. O físico torna-se importante, na geografia cultural enquan-

to realidade que será incorporada aos processos mentais, e transformada em representações, a etnogeografia.

Nestas condições, abre-se espaço para a interpretação, onde os sujeitos emergem não apenas na condição de produtores do espaço, mas como seres que os constroem e os interpretam, condicionados por suas vivências, fazendo surgir uma nova realidade, subjetiva, mas que se dá não no campo do idealismo, mas como resultado de um processo de interatividade dos sentidos com a materialidade do mundo. Esse espaço não é mais eminentemente objetivo, mas produto das representações que envolvem a experiência cotidiana dos sujeitos com o meio onde atuam, com a materialidade, que ganham funções, integradas às concepções de mundo e aos sentidos de suas vidas.

A abstração dos sujeitos na análise tecnicista do espaço semiárido e comprometimento da sustentabilidade das práticas culturais sertanejas

As abordagens sobre o semiárido brasileiro têm sido historicamente construídas a partir de uma percepção naturalista, que apresenta a dimensão física da paisagem como um fator determinante da realidade social. Trata-se de uma imagem construída de Nordeste, que elege o sertão como referência na construção de conceitos sobre a região. Desta forma, o Nordeste tem sido, nas últimas décadas, denunciado como uma produção imaginária, que apresenta a natureza como sujeito histórico, cujas características explicam a realidade social e sevem para compor historicamente o discurso de canalização de recursos perante o governo.

A tendência de naturalização da história, apoiada na ênfase das características físicas da região tem, ao longo do tempo, ignorado o sertanejo nos processos de análise espa-

cial, não raro considerado apenas mais um elemento da paisagem, cuja vida e subjetividade são desconsideradas, e, onde as suas características fisiográficas se sobrepõem à existência humana. Ou seja, a sua importância é enquanto pobre, que serve para fortalecer o discurso de reivindicação. Nestas condições, jamais se promoverá pela sua consciência e experiência de vida nas localidades onde habitam.

Partido desse pressuposto, numa tendência preliminar de interpretação cultural da paisagem sertaneja pela geografia, as intervenções humanas sobre elas são traduzidas como marcas decorrentes de técnicas utilizadas no processo de relações com o meio, nas formas de habitação, nas alternativas de subsistência etc. Trata-se de uma interpretação da paisagem considerando a cultura materializada, como marca das relações dos homens com o meio e que por estas condições, ganham o status de paisagens humanizadas.

Contudo, vale ressaltar que a dimensão humana representada por uma produção, resultante do trabalho, das suas ações sobre o meio, este meio está integrado à vida humana, que além de produzir é dotada de sentimentos, afetividade e concepções de mundo que a ele lhes atribui significados. O cotidiano incorpora a vida aos espaços e os espaços à vida, numa experiência existencial, onde lugares e objetos construídos são a eles atribuídos sentidos e significados que dialogam com os homens e alimentam o seu espírito, numa dimensão de cultura imaterial.

Essa dimensão simbólica do espaço não pode ser interpretadas quando articulada com as experiências do sujeito e a sua percepção de mundo. A exclusão da percepção termina por valorizar a materialidade da paisagem, como se ela existisse em função de se mesma, e não como parte indissociável da vida dos sujeitos. Esse significado cultural permite uma maior abrangência de fatores considerados nos processos investigativos para a compreensão do espaço.

O tempo e o espaço constituem dimensões indissociáveis da vida, e, é na vivência estabelecida em interatividade com uma base espacial mais próxima aos sujeitos que se estabelece o cotidiano, marcado por uma sensação de permanência dos objetos que constituem o meio onde se convive. O espaço não pode ser considerado apenas na condição de suas formas e estruturas. A funcionalidade e dimensão cultural são fatores que dialogam diretamente com a concepção de mundo, como expressão do cotidiano, sobretudo em relação à realização das práticas culturais.

Nessa perspectiva, a vida, expressa no cotidiano que ocorre em articulação direta com a sua base espacial mais próxima, e, material e artificialmente construída que recebe e reciprocamente interage com a espiritualidade dos sujeitos, é esse espaço vivido, interiorizado que chamamos de lugar. Essa interatividade entre o sujeito e a materialidade do espaço que o cerca é condicionada pela vida, e, ganha significado, decorrente afetividade que ele estabelece nessa relação. O arranjo dos objetos não são alterados bruscamente, o seu envolvimento diário com a vida passa uma sensação de permanência, que possibilita a sua abstração e a memorização e a elaboração de mapas mentais. É comum fazermos referência a “história de vida”, da mesma forma, é importante refletimos sobre a existência de uma “geografia de vida”, que emerge, tal como na história, a partir de ações no espaço próximo aos sujeitos, que no caso se reivindica como o lugar, onde se dá o acontecer.

Tempo e espaço tornam-se dimensões indissociáveis e interativas na história, numa condição, em que este último se projeta como extensão da vida, que não se limita ao corpo, que se expande além dele, em sua articulação com o meio, com os quais nos relacionamos no cotidiano.

Em outras palavras, os princípios fundamentais da organização espacial encontram-se em dois tipos de

fatos: a postura e a estrutura do corpo humano e as suas relações (quer próximas ou distantes) entre pessoas. O homem, como resultado de sua experiência íntima com o seu corpo e com outras pessoas, organiza o espaço a fim de transformá-lo a suas necessidades biológicas e relações sociais. A palavra “corpo” sugere de imediato antes um objeto que um ser vivo e espiritual. O corpo é uma “coisa” e está no espaço ou ocupa espaço. Ao contrário, quando usamos os termos “homem” e “mundo”, não pensamos apenas no homem como um objeto no mundo, ocupando uma pequena parte do seu espaço, mas também no homem como habitando o mundo, dirigindo-o e criando-o. (TUAN, 1983, p. 39).

Os sentidos possibilitam a interatividade dos sujeitos com o espaço, constituído em relação a eles representações, a partir do significado que a eles atribuem nas suas vivências material e espiritual. Nesta condição, é percebido e interiorizado, porém não se constituindo eminentemente como produto da razão nem da objetividade, e sim, de uma nova realidade processada pelo sujeito ao perceber a materialidade do mundo. Esse espaço é o espaço do sujeito, que interage com as suas vidas, e, que não cabe à academia impor as “verdades” técnicas às “verdades” do sujeito, mas considerá-las como fator de dar mais abrangência e aprofundamento à análise espacial.

Voltando a relação dessa discussão com o Semiárido brasileiro, existe a tendência de naturalização do conceito dessa região, construída a partir das condições físicas da sua paisagem, abstraindo os sertanejos como sujeitos históricos e culturais. Essa condição corroborou a construção de um conceito de sertão como produto da natureza, marcada pela deficiência hídrica e amparado numa produção acadêmica de teor e tecnicista, como alternativa de solução dos seus problemas. Nesta análise tecnicista, governamental, ao ele-

ger a natureza como referência de explicação dos problemas sociais, os sertanejos foram historicamente ignorados como protagonistas da história e da cultura. No campo da abordagem geográfica, essa tendência por muito tempo prevaleceu, desconsiderando a subjetividade, ignorando nas pesquisas, na análise espacial, a percepção do espaço pelo sertanejo por que nele habita, convive e lhes dá significado.

Políticas públicas têm, historicamente, patrocinado a intervenção do Estado na realidade regional amparado no discurso de progresso. Tais obras governamentais, orientadas pelo viés tecnicista-acadêmico, ignoram comunidades tradicionais, provocando a sua desterritorialização, destruindo lugares e culturas, como espaços de vivências, reelaborando espaços socialmente construídos orientados de projetos econômicos e sociais. Para Carlos,

[...] podemos afirmar que os lugares são cada vez mais marcados por outros ritmos, por outras relações pessoais, por outros símbolos (ou pela substituição destes por sinais), que ganham novos conteúdos, ora redefinindo antigos lugares ora criando outros lugares. (2007)

Auge traz uma importante contribuição ao desenvolvimento do tema em questão, mais do que de não-lugares, fala sobre a “abolição de lugares”, apesar de afirmar que lugar e não-lugar não se opõem. Para o Autor, o lugar tem um sentido estrito e simbólico, liga-se à idéia de espaço antropológico, que se refere sempre “a um acontecimento (que ocorreu) a um mito (lugar dito) ou a uma história (lugar histórico)”. Afirma também que “se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá o não-lugar”. (AUGE, *apud* CARLOS, 2007)

Cabe, nestas condições, entender o papel positivista, descritivo, contido nas análises técnicas dos diagnósticos es-

paciais, que desconsideram a dimensão afetiva dos sujeitos com seus espaços vividos, marcados por simbologias que alimentam a sua espiritualidade do grupo, comprometendo a continuidade a transmissão de saberes e práticas culturais historicamente herdadas, cuja simbologia está vinculada às suas localidades de origem.

Geografia e Interdisciplinaridade na abordagem da simbologia espacial sertaneja: entre o concreto e o imaginário

A identidade sertaneja tem sido construída por um viés tecnicista e por representações que tomam as condições físicas do semiárido como referência de explicação da região, numa perspectiva determinista que naturaliza a sua história. Trata-se de um imaginário construído intencionalmente com o objetivo de projetar o déficit hídrico como instrumento de reivindicação para captação de recursos econômicos pelas elites nordestinas.

Nesta interpretação, o sertanejo aparece como vítima da natureza, meramente integrante da paisagem, cuja natureza, marcada por suas condições climáticas, nessa abordagem, se sobrepõe a dimensão histórico-social. Na perspectiva geo-histórica, deve-se compreender que a relação de interatividade do sertanejo com o meio se operacionaliza não apenas orientada por fins de sobrevivência material, mas também, espiritual. O espaço é também uma produção cultural que interage com as crenças, valores e concepções de mundo dos sertanejos, que se expressam em suas práticas culturais, como na religiosidade, crenças, nas danças, folguedos, lendas etc.

A percepção dos sertanejos dos seus espaços cotidianos, vividos, permite a sua apropriação mental, através de suas experiências corporais que recorrem aos sentidos, permitindo a sua memorização. Através do significado dos lu-

gares e objetos, eles se reconhecem como o sentimento de pertencimento, exercendo a sua afetividade. Portanto, o semiárido tecnicista e governamental não corresponde, na maioria das vezes, ao sertão do sertanejo, marcado por simbologias espaciais articuladas com suas vivências. O sertão é o lugar dos sertanejos, se em espaço vivido e integrado ao seu cotidiano, articulado com a sua existência física e imaterial, interiorizado e memorizado. Ou seja, a sua geografia de vida que é desconsiderada e desrespeitada pela tecnocracia das políticas públicas.

A análise do mundo moderno coloca-nos diante de uma série de desafios de correntes das transformações aceleradas provocadas pelo processo de globalização como produto de desenvolvimento do capitalismo que destrói barreiras e ultrapassa obstáculos, como consequência de sua realização. Nesse processo, o espaço tem um papel fundamental na medida em que cada vez mais entra na troca, enquanto mercadoria. Isso significa que áreas inteiras do planeta, antes desocupadas, são divididas entrando no processo de comercialização. Cada vez mais o espaço é produzido por novas indústrias como aquela do turismo, e deste modo praias, montanhas e campo entram no circuito da troca, apropriadas privativamente, enquanto áreas de lazer para quem pode fazer uso delas. [...] Ainda podemos afirmar que os lugares são cada vez mais marcados por outros ritmos, por outras relações pessoais, por outros símbolos (ou pela substituição destes por sinais), que ganham novos conteúdos, ora redefinindo antigos lugares ora criando outros lugares. (CARLOS, 2007, p. 63-64).

A insensibilidade, que desconsidera a dimensão afetiva das comunidades sertanejas com o espaço onde vivem, ou seja, com o espaço vivido, com o lugar, como categoria geográfica, é um dos fatores dos quais decorrem conflitos entre comunidades tradicionais e o Estado que impõe a evidência



o não-lugar e da desterritorialização que compromete a sustentabilidade cultural das comunidades atingidas. Provoca a instabilidade psicológica dos sujeitos pela quebra da estabilidade das relações socioespaciais historicamente construídas, dando-lhes a sensação de insegurança, com a perda do lugar.

Daí, o importante papel da manutenção das comunidades rurais, em suas localidades de origem, como fator de garantia do universo simbólico, materializado no espaço e articulado com a vida, como forma de garantia da sua sustentabilidade das tradições culturais agrárias, que em si representa a resistência à massificação da cultura. A partir dessa observação, percebemos que o lugar, mesmo considerando a dimensão contemporânea da sociedade global, não perde a sua importância, visto que é nele onde se dá o acontecer e onde se estabelece, na prática, a relação direta dos sujeitos com o mundo.

Além da intervenção da cultura de massa imposta como produto cultural hegemônico voltado para interesses comerciais, que impacta com a cultura tradicional agrária, as próprias políticas públicas intervêm numa ação direta da destruição de comunidades tradicionais, promovendo paradoxalmente a morte da matéria e do espírito, respaldada no discurso da promoção do desenvolvimento e da inclusão. Diante desta realidade, repensar as formas de abordagens espaciais presentes na geografia, considerando os sujeitos e seus lugares, passa a se constituir, também, uma intervenção política diante do Estado, cujos projetos são engessados pela tecnocracia que desconsidera o sertanejo.

A interatividade entre o mundo real e o ideal é mediada pela percepção, fazendo emergir um novo espaço, mentalizado, subjetivo, que resulta da consciência e da experiência, da sensibilidade dos sujeitos com o mundo próximo a eles, cuja interpretação pessoal e coletiva recor-

re à matéria e às ideias, como componentes do processo de construção das representações. Surge então, um novo espaço, um espaço subjetivo, percebido, resultante das experiências vividas, útil e necessário para esclarecimento das abordagens geográficas.

Partindo desse pressuposto, a materialidade do sertão, secularmente explorada no campo científico, ganha uma nova perspectiva de fortalecimento no entendimento do semiárido. Nessa abordagem, a condição física da paisagem e os homens social e culturalmente organizados, se fazem presentes, num processo de interação mediado pela mente. Recorre-se à inclusão dos sertanejos, valorizando-se suas experiências com o meio onde vivem, e, com os quais se articulam no cotidiano e que constituem a sua geografia de vida.

Os espaços humanizados superpõem múltiplas lógicas: Eles são em sempre parte funcionais, em parte simbólicos. A cultura marca-os de diversas maneiras: modela-os através das tecnologias empregadas para explorar as terras ou construir os equipamentos de habitações; molda-os através das preferências e os valores que dão às sociedades suas capacidades de estruturar os espaços mais ou menos extensos e explicam o lugar atribuído às diversas facetas da vida social; ajuda enfim a concebê-los através de representações que dão sentido ao grupo, ao meio em que vivi e ao destino de cada um. (CLAVAL, 2007, p. 296)

As variadas localidades do sertão nordestino, condicionadas pelas especificidades do meio físico, ganham o status de espaço vivido e simbólico, nos quais as comunidades criam o sentimento de pertencimento como extensões de suas vidas, e que com elas interagem, não apenas no sentido de garantia da sua sustentação material, mas também espiritual a partir da conexão da matéria com a imaginação que alimenta o seu universo cultural.



É importante promover a reflexão sobre a incorporação do espaço no cotidiano dos sujeitos, como fator indissociável da vida, adequado à existência humana e que passa de uma geração para outra como patrimônio herdado. Nessa abordagem, abrem-se possibilidades para na análise geográfica, dialogar com outros campos de conhecimentos necessários, tais como políticas públicas, psicologia, antropologia, história, economia, sociologia, meio ambiente, entre outras. Espaço e subjetividade emergem neste contexto reivindicando outras ciências na perspectiva de atender a complexidade de suas relações.

Religião e religiosidade na construção simbólica Território no semiárido

Na composição do universo cultural do nordestino, se faz presente a religião, conseqüentemente, esta se apresenta como um fator da consciência do espaço materializado, que antecede à colonização portuguesa, a partir dos nativos da América e que exemplifica o processo de incorporação do espaço e a sua interatividade com a dimensão subjetiva do homem. Independentemente do modelo de sociedade, a apropriação simbólica da natureza ou do meio materializado mediada pelo fator religioso é uma realidade que antecede a colonização da América. Nesse sentido, é comum, pela tradição marxista, a religião ser reivindicada nas análises como superestrutura, como condição de legitimação de modelos de sociedade capitalista. Contudo, o que sinalizamos neste texto, é que antes do estabelecimento das sociedades monetárias, a apropriação simbólica da natureza já integrava a espiritualidade dos nativos da América.

Num contexto antropológico-cultural, o espaço historicamente construído tem recepcionado as marcas das práticas



da religiosidade, tornando-se uma materialidade integrada à vivência dos colonizadores e colonizados, demarcando uma dimensão subjetiva em interatividade com o meio ambiente, explícita na produção espacial. Portanto, a dimensão simbólica do espaço representa a materialidade condicionada pelo fator religioso imanente às sociedades que o constroem. No caso do espaço no processo da colonização brasileira vai ganhando forma e funcionalidades de operacionalidade inerentes às práticas católicas que passam a se estabelecer através de aldeamentos ou em áreas rurais, onde se erguem capelas como demarcação simbólica do espaço na legitimidade da apropriação dos territórios, pela Igreja.

A formação dos núcleos urbanos no semiárido é assim, marcada pela religiosidade católica que condiciona a construção de templos católicos, em áreas anteriormente, eminentemente rurais e privadas. Com isto, o espaço ganha uma condição simbólico-religiosa de prática da fé articulada com o poder econômico e político, representado do proprietário que dele se apropria. No desenvolvimento urbano das cidades sertanejas, a importância da função espiritual destas edificações construídas, tornam os templos pontos de referência da hegemonia religiosa católica, que orientam os arruamentos em seu entorno dando origem aos povoados, vilas e cidades.

A fim de colocar em evidência as diferenças existentes no espaço vivido pelo homem religioso, escolhemos o exemplo de uma igreja em nossa sociedade. Para o devoto, essa igreja participa de um espaço diferente da rua onde ela se encontra. A porta que se abre para o interior da igreja significa o limite que separa os dois espaços, indicando ao mesmo tempo, a comunicação, a passagem do espaço profano para o espaço sagrado. Essa passagem vem acompanhada de inúmeros ritos: fazem-se reverências, variados gestos que exprimem seus sentimentos. No interior do recinto sagrado o

mundo profano é transcendido e, como consequência, a comunicação com o divino torna-se possível. É possível tocá-lo com a mão. A igreja não é somente o lugar em que se reúnem os fieis, mas igualmente o recinto protegido das influências do meio profano. Inicialmente por seu aspecto exterior, ela se distingue de outros locais de reunião e de outros centros da vida coletiva. (ROSENDAHL, 1996, p. 33).

Os núcleos urbanos em formação, como cultura materializada, resultam da evidência do catolicismo no projeto colonizador, contudo, estes não podem ser analisados eminentemente considerando a sua dimensão material, devem ser consideradas as vivências e as experiências culturais e os significados atribuídos pelos sujeitos em relação a eles. Deve-se considerar a dimensão imaterial da cultura representada por rituais católicos, tais como missas, procissões, que, como práticas culturais, fazem a conexão e a indissociabilidade entre o sujeito e o espaço orientada pela concepção de vida e de mundo. Assim, espaço e subjetividade devem ser considerados como realidades indissociáveis do processo de apropriação e ocupação do semiárido, e, que devem sempre estar presente nas análises da sua produção histórico-espacial.

O sentido cultural de ruas, templos e sobrados que atribuem a característica urbana dos surgimentos das cidades, não se limita à sua materialidade, mas também na sua funcionalidade e a abstração que deles fazem pela experiência das vivências dos sujeitos que habitam estas localidades. A vivência e a dimensão afetiva que se estabelecer entre os moradores e seus lugares é marcada pela presença de objetos da organização espacial que ganham significado para a vida dos moradores, de acordo com a sua concepção de mundo e as representações por eles formuladas.

Em outra direção os estudos de LEFEBVRE (1976, p. 29-32), consideram o espaço geográfico como espaço vivido e como consequência da prática social dos habitantes ao longo da história. Este evidencia-se não só a partir dos edifícios tombados, mas também no Centro Histórico enquanto um espaço social, onde foi construído, produzido e projetado o espaço urbano. O autor acrescenta ainda quatro hipóteses para o espaço. A primeira é o espaço “puro”, transparente e inteligível, liberto de ideologia, interpretação e sabedoria. A segunda refere-se ao espaço social, produto da sociedade, descrição empírica verificável e relatos, antes de qualquer teorização. Essa hipótese é adequada às questões sobre o patrimônio cultural arquitetônico, cujas edificações são produtos da sociedade (habitantes, turistas, patrimônio). Na terceira hipótese o espaço aparece como uma mediação, ou seja, um instrumento político, intencionalmente manipulador. O espaço como o mais importante de todos os instrumentos aparece na quarta hipótese, sendo o pressuposto de toda produção e de toda troca. (*Apud* FIGUEIREDO, 2013, p. 58)

A geo-história permite entender que a evolução urbana das cidades se dá, também, norteadas pela propagação de práticas católicas e de simbologias no espaço habitado, muitas delas, inerentes à recorrência da reflexão sobre a morte, materializando simbologias que representam a passagem da vida para a morte, num contexto de espiritualidade. A existência de túmulos no interior de templos, construções de cemitérios e cruzeiros em beira de estrada, são dimensões da materialidade espacial, que representam e sinalizam o ponto de passagem entre a vida terrena e a vida que se deseja exista pós a morte. O registro do tempo, tais como finais de séculos e milênios, também integra a espacialidade como simbologia religiosa característica das localidades sertanejas.



Sertões e sustentabilidade cultural

A variação dos tempos se projeta materialmente das estruturas e arranjos espaciais historicamente constituídos, que herdaram forma do “velho” como representação do passado, e, que convivem simultaneamente com o novo, com o presente, marcado pela eminência de novas estruturas espaciais, da pós-modernidade. Assim, não ocorre uma homogeneização do processo de inserção do semiárido, ao processo de globalização, visto que isto só é possível quando os lugares apresentam objetos técnicos que viabilizem esse processo.

A relação simultânea entre o novo e o velho gera conflitos e impacta com as tradicionalidades agrárias, enquanto elementos que demarcam a consciência do seu território cultural. Esses se impõem aos espaços rurais, não raro, são submetidos a processos de desterritorialização de suas comunidades tradicionais. Os próprios municípios, onde estas estão sediadas, ao se integrarem em redes, perdem a sua autonomia, desvinculando-se da sua história, seus costumes e das suas tradições, que dão lugar ao “novo”, ao “moderno”. Dessa realidade, emerge a necessidade, de se atenuar, num contexto humanístico, os impactos negativos da modernidade, com vistas ao alcance da sustentabilidade ambiental e cultural, nas localidades urbanas e rurais do semiárido, que se inserem no contexto de modernidade.

As práticas culturais de tradições agrárias promovem o sentimento de pertencimento dos sujeitos às suas respectivas comunidades, e no caso, trata-se de saberes herdados, transmitidos espontaneamente em suas localidades de origem, sendo, muitas vezes, ignorados pelos projetos estatais que representam modernidade, ameaçados de desaparecerem. No caso, a intervenção no campo deve considerar a dimensão afetiva dos sujeitos com o espaço vivido, no sentido concei-

tual de lugar no campo geográfico. Importante focar que os objetos materiais do meio que circunda os homens em suas comunidades, dialogam com suas vidas. A estes, os homens atribuem significados, de acordo com a sua cultura, se constituindo num espaço material, e ao mesmo tempo, simbólico pela relação afetiva que exerce com os sujeitos e o sentido que atribuem às suas vidas.

Assim, o semiárido é lócus de manifestação de culturas tradicionais, de raiz introduzidas a partir do seu processo histórico-ocupacional, que atribuem aos seus habitantes o sentimento de pertencimento e vinculação à comunidade na construção das suas histórias de vida. Essa característica se apresenta como contraponto e resistência aos padrões de vida estandardizados, impostos pelo espírito de modernidade que nem sempre atentam para a sustentabilidade ambiental e cultural.

A resiliência cultural e ambiental do semiárido deve ser fortalecida através do caráter de sustentabilidade que deve nortear as políticas públicas e privadas, incluindo o terceiro setor, na defesa do patrimônio histórico e natural dos lugares significantes e que se constituem pontos de apoio da memória. Dessa forma, lugares e tradições culturais do semiárido, como cultura, devem ser preservados, visto que, suscitem lembranças que articulam o presente com o passado assumindo um propósito educativo do próprio entendimento do homem sobre suas vidas no sertão.

Referências

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007. 85p.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.



FIGUEIREDO, Lauro César. Perspectivas de análise geográfica do patrimônio cultural: algumas reflexões. In: *Geografia Ensino & Pesquisa – Produção do espaço e dinâmica regional – Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 17, n. 1, jan./abr., 2013.

MOREIRA, Erika Vanessa & HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O lugar como uma construção social. *Revista Formação*, v. 2, n. 14, p. 48-60.

PEREIRA Luiz Andrei Gonçalves *et. al.* Geografia fenomenológica: *espaço e percepção* caminhos de geografia. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>> Acesso em: 12 jan./2016.

ROSENDAHL, Zeny. *Espaço e religião: uma abordagem geográfica*. 2. ed. Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC, 1996.

TUAN, Yi Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da existência*. São Paulo: DIFEL, 1983.

FURLANETTO, Beatriz Helena & KOZE, Salete. Paisagem cultural: da cena visível à encenação da alma. *Ateliê Geográfico – Goiânia-GO*, v. 8, n. 3, p.215-232, dez./2014.

ZANATTA, Beatriz Aparecida. A ABORDAGEM CULTURAL NA GEOGRAFIA. Disponível em: <<http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/temporisacao/article/view/28/45>> Acesso em: 22 abr./2016.